Não ao ataque imperialista à Síria! Fora Assad ditador!

Páginas 14 e 15

PSTU

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR   NÚMERO 467 ▸ 4 A 17 DE SETEMBRO DE 2013 ▸ ANO 16

R$ 2

30 de agosto

Apesar do boicote da CUT e da Força Sindical, paralisações e protestos ocorreram em todo o país e fortaleceram novas lutas e campanhas salariais.

Páginas 7, 8, 9 e 10

Rio Grande do Norte: greve na saúde e Fora Rosalba!

Página 5

"Mais médicos" ou mais SUS?

Página 11

7 de setembro: lutar por uma segunda independência

Página 16

Ocupação Esperança: retomar a luta pela reforma urbana

Páginas 12 e 13

■ PALADINO DO SUPREMO – O presidente do STF, Joaquim Barbosa, solicitou à Câmara dos Deputados que o salário de seus pares na Casa sejam reajustados para R$ 30.658,42. Hoje, o salário de um ministro é de R$ 28.059,29.

■ SELVAGERIA – Em uma manifestação no Rio, no último dia 27, uma mulher, caída e imobilizada no chão, foi agredida por cinco PMs. Imagens na internet mostram os policiais chutando e espancando a jovem com cassetetes. Selvageria pura.

LADAINHA DE CHAUÍ

"Coloco os 'blacks' na [categoria] fascista. Não é anarquismo, embora se apresentem assim". A frase foi proferida por Marilena Chaui, professora de filosofia e uma das "intelectuais" do PT, numa palestra na Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O PSTU não oculta sua crítica à metodologia que os Black Blocs utilizam em suas atuações e da fragilidade programática que os caracteriza. Mas classificá-los como algo próximo do fascismo é um disparate completo. Só poderia vir mesmo de alguém que chamou a crise do mensalão, em 2005, de "golpe das elites". Essa mesma ladainha foi insinuada por Chauí para caracterizar as manifestações de junho.

PÉROLA

"O Maracanã nunca mais volta a ser administrado pelo Estado"

SÉRGIO CABRAL (PMDB), governador do Rio de Janeiro.
Portal G1, 02/09

LATUFF

CABRAL DITADOR

Sergio Cabral requereu ao judiciário, que prontamente acatou, a proibição dos outdoors fixados pelo PSTU que divulgam a campanha 'Fora Cabral'. A proibição é uma arbitrariedade que atinge a liberdade de manifestação. "Independente de nossas filiações e opções partidárias , este ato anti-democrático merece protesto. Trata-se do mais elementar direito manifestar nas ruas, por jornais , adesivos ou placas em lugares públicos sobre o Fora Cabral e Pezão, como fez o PSTU e como fazem milhares de jovens nas passeatas recentes do Rio. Como também já manifestou-se, outrora, Fora Ditadura e Fora Collor ", escreveu em nota Aderson Bussinger, da comissão de direitos humanos da OAB/RJ.

TUPINAMBÁS ATACADOS A TIROS

No último dia 14 de agosto, indígenas da região de Buerarema (BA) foram vítimas de um atentado. Um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro, localizada em uma das comunidades da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, foi alvejado por pistoleiros. Os ataques se relacionam com a luta indígena pelo direito ao seu território. O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença teve início em 2004. Mas, descumprindo os prazos estabelecidos legalmente, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ainda não assinou a portaria declaratória da TI para que o processo seja encaminhado. Cerca 4.700 tupinambás vivem na área. O governo Dilma, aliado do agronegócio, determinou a paralisação de processos de demarcação de Terras Indígenas em curso.

LAMENTÁVEL

O site do jornal "Brasil de Fato" publicou uma entrevista com o ditador sírio Bashar al-Assad realizada pela imprensa russa, país que apóia seu regime. Nela, Assad teve a coragem de chamar de "terroristas" e "vândalos" aqueles que ousam lutar contra sua ditadura sanguinária. E, ainda, disse que as imagens das crianças mortas por ataques químicos, realizados pelo seu governo, são uma mera *"jogada política que tenta legitimar uma intervenção militar"* do imperialismo. Ora, nem a mais ingênua das almas pode acreditar nas palavras de um assassino, cujas mãos estão sujas com o sangue de milhares de crianças e de civis inocentes. O mais lamentável é que um jornal dito "popular" cumpra o papel de reproduzir as mentiras deste crápula. Fora Assad! Viva a luta do povo sírio! Não ao bombardeio do imperialismo!

Assine:

DADOS PESSOAIS

Nome
CPF
Endereço
Bairro
Cidade UF CEP
E-mail
Telefones

ASSINATURA

☐ Renovação automática — O R$ 12 (todo mês) — O Solidária: ____
☐ Semestral — O R$ 30 — O Solidária: ____
☐ Anual — O R$ 50 — O Solidária: ____

PAGAMENTO

☐ Dinheiro / cheque
☐ Boleto Bancário
☐ Cartão de crédito
O VISA O MASTERCARD O AMERICAN EXPRESS O AURA
Nº______ Cód. Segurança______ Validade ____ ____ (Mês / Ano)
☐ Débito em conta corrente
O BANCO DO BRASIL O SANTANDER O CEF Operação: ______
Agência ______ __ Conta ______ __ Data do mês para débito: ______

Entregue o formulário preenchido a um militante, assine pelo site (www.pstu.org.br/assinaturas) ou envie por carta à sede do PSTU: (Av. 9 de Julho, 925, Bela Vista, São Paulo, SP CEP 01313-000) assinaturas@pstu.org.br (11) 5581.5776

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Romerito Pontes, Thiago Mhz e Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

É hora de tirar conclusões...

Os processos políticos mais radicalizados, como estamos vivendo no Brasil, tendem a trazer à tona contradições com muito mais rapidez que em situações normais. Isso torna as polêmicas entre os setores da esquerda mais intensas e reveladoras.

Poucas questões foram mais debatidas e questionadas, entre os ativistas de esquerda contra o governo, que a participação da CSP Conlutas no chamado unitário, com a CUT e a Força Sindical, aos dias de mobilizações de 11 de julho e, depois, no 30 de agosto. E, agora, é hora de fazer o balanço.

A maioria da direção nacional do PSOL não se moveu para apoiar nenhuma dessas paralisações, nem em julho nem em agosto. Repetiu o mesmo que fez com as passeatas de junho: nada. A direção majoritária do PSOL se move como parte da institucionalidade, dentro dos parlamentos. No máximo, tenta utilizar as lutas que acontecem nas ruas para apoiar suas batalhas ao redor das CPIs. Felizmente, alguns setores de ativistas do PSOL e de grupos diferentes da direção majoritária estiveram presentes nas mobilizações.

Mas, existiram outros setores da esquerda que questionaram o chamado unitário das Centrais para as mobilizações de 11 de julho e 30 de agosto, dizendo que isto foi uma capitulação da CSP Conlutas e do PSTU às Centrais governistas.

As mobilizações de 11 de julho foram significativas por trazer um setor importante da classe operária para a luta. Naquele momento, o protagonismo das ruas tinha colocado a juventude no centro do processo político. As greves de 11 de julho trouxeram a classe operária para a luta. Durante essa mobilização, a direção da CUT foi derrotada ao querer levar a mobilização a apoiar o plebiscito do governo.

Os setores de esquerda que foram contra a paralisação acabaram por se chocar com um movimento vivo da classe operária no país, que se incorporava ao grande processo de lutas aberto em junho. Ficaram na contramão, em uma incômoda unidade de ação com a burguesia contra a greve.

Agora, com o dia 30 de agosto, a polêmica se renovou. Mas com consequências distintas. A CUT e a Força Sindical ajudaram a convocar a mobilização, mas depois a boicotaram. A CSP Conlutas, juntamente com setores dissidentes da CUT, garantiu a maior parte das categorias e cidades em luta.

Os ativistas honestos das bases do PT e da CUT puderam ver suas direções trabalhando contra essas greves. E há um motivo a mais para romper com essas organizações.

Os setores de esquerda que trabalharam contra o dia 30, mesmo que inconscientemente, ajudaram a burguesia contra as greves. E, contraditoriamente, terminaram fazendo o mesmo jogo da CUT e da Força Sindical, que tanto criticavam.

É hora de tirar as conclusões sobre tudo isso. É importante que os ativistas e grupos envolvidos em todas as lutas do dia 30 de agosto venham construir a CSP Conlutas e a ANEL. É preciso fortalecer uma alternativa, para unificar as lutas contra o governismo dos burocratas da CUT e da Força Sindical! E é preciso, também, que os ativistas socialistas se somem à construção do PSTU!

OPINIÃO

Um atentado contra a soberania do país

ZÉ MARIA, presidente nacionak do PSTU

Foi revelado pela Rede Globo que a presidente Dilma e seus assessores foram espionados pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA).

Números de telefone, emails e computadores da presidente foram monitorados pelo governo norte-americano. Um gráfico no documento revelado mostra toda a rede de comunicações dela com seus assessores.

A informação veio do jornalista Glenn Greenwald, que mora no Rio de Janeiro e ajuda a divulgar os documentos que comprovam a espionagem dos EUA denunciados por Edward Snowden. Esse último é o ex-agente norte-americano que está exilado na Rússia e revelou como os EUA controlam informações particulares de milhões de pessoas no mundo todo.

É bom lembrar que o companheiro de Greenwald, o brasileiro David Miranda, foi detido recentemente em Londres, e teve documentos confiscados em uma retaliação autoritária do governo Obama.

Até agora, o governo brasileiro tem demonstrado uma submissão vergonhosa ao questionar só na aparência a espionagem dos EUA. Dilma se limitou a pedir explicações ao governo dos EUA quando ficou claro o controle das informações de milhares de brasileiros.

E agora? Como vai reagir Dilma, quando se comprova que uma das pessoas monitoradas pela espionagem dos EUA é nada menos do que ela própria, a presidente do Brasil?

Trata-se de uma gravíssima violação da soberania brasileira pelo governo dos EUA. É necessária uma resposta enérgica e imediata, que poderia ser a ruptura das relações diplomáticas com os EUA e a expropriação de uma empresa norte-americana instalada no país.

Mas Dilma vai fazer isso? Ou vai arrumar mais um disfarce, fingindo indignação, mas mantendo todos seus compromissos com o imperialismo? Em plena semana da independência, a palavra está com a presidente e com o PT.

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776
www.pstu.org.br
www.litci.org
pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com
pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056 fortaleza@pstu.org.br
JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt-28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 saoluis@pstu.org.br pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724
ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647
JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com
MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega. 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198. C, 201. Centro
MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br
www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. teresina@pstu.org.br pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458 riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br
MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. d.caxias@pstu.org.br
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro. niteroi@pstu.org.br
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro
VALENÇA - sulfluminense@pstu.org.br
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 3112.0229 | sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre. (51) 3024.3486/3024.3409 portoalegre@pstu.org.br pstugaucho.blogspot.com
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722
SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 99150 3515
ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170
ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893
BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170. bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br
GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br pstuabc.blogspot.com
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631
JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122
SUZANO - (11) 4743.1365 suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

"A greve colocou governos contra a parede"

Professores e funcionários de escolas do Rio de Janeiro, tanto os municipais quanto os estaduais estão em greve desde o dia 8 de agosto. A recusa dos governos em atender a demandas básicas da categoria, como reajuste salarial que reponha as perdas inflacionárias e o cumprimento de lei federal relativa à destinação de um terço da carga horária para o trabalho de planejamento de aulas, associada às políticas meritocráticas para a educação levaram os profissionais de educação a decretar greve. O Opinião Socialista entrevistou Susana Gutierrez, professora da rede municipal, diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro e militante do PSTU

PROTESTO DURANTE A GREVE

PSTU RJ

OPINIÃO SOCIALISTA - NESTE MOMENTO, ESTAMOS ASSISTINDO QUASE A UMA GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO NO RIO, COM A PARALISAÇÃO DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL, ALÉM DA REDE DE ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO – FAETEC. QUAL O SIGNIFICADO DISTO?

Susana Gutierrez - Tem duas dimensões. Uma é o porquê dos professores e funcionários terem optado pela greve. Os governos, e isso acontece em todo o Brasil, têm aplicado reajustes que não acompanham a inflação, e o resultado é a perda do valor real dos salários. Para se ter uma ideia, boa parte dos funcionários tem menos de um salário mínimo como vencimento. Além disso, as condições de trabalho são péssimas, e temos perdido paulatinamente a autonomia pedagógica, sendo obrigados a seguir cartilhas e a aprovar alunos. A outra dimensão é a da unificação das greves. Isso é muito importante, primeiro porque chama a atenção para o problema da educação, depois porque uma luta fortalece a outra, e apontam para a necessidade da organização dos trabalhadores.

A REDE MUNICIPAL NÃO FAZIA GREVES HÁ 19 ANOS...

Susana - Pois é... e o fato de ter acontecido em agosto, logo após as passeatas de junho e julho não é coincidência. Apesar de as mobilizações da rede municipal terem começado antes, com certeza as grandes manifestações ajudaram na compreensão de que é necessário lutar, que é possível lutar e vencer. Eu diria inclusive que nossa greve é parte daquelas lutas, porque ali se levantava a bandeira da melhoria da educação pública, e é justamente por isso que estamos lutando.

AS GREVES SE ENFRENTAM COM O GOVERNADOR E O PREFEITO DO RIO, AMBOS DO PMDB. O QUE HÁ DE COMUM ENTRE ESSES DOIS GOVERNOS?

Susana - Sergio Cabral e Eduardo Paes traçam a mesma política educacional, baseada na lógica da produtividade e do cumprimento de metas – não por acaso seus secretários de educação não são ligados à área pedagógica, mas à administrativa. As ações de Cabral e as declarações de Paes durante as manifestações no Rio demonstram o quanto eles criminalizam os movimentos sociais, e agora tentam desautorizar o sindicato. Ambos têm gastado rios de dinheiro com obras para os megaeventos, muitas delas desnecessárias, mas dizem não ter dinheiro para a educação. Na verdade, o que tem acontecido, como recentes denúncias apontaram, é que esses governos, compostos por partidos como PT, PCdoB e PSB, destinam as verbas da educação para outros fins, repassando-os para fundações privadas e até para empresas de transporte. Mas a greve colocou esses governos contra a parede.

COMO TEM SIDO A REAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À GREVE?

Susana - Tem nos apoiado muito. Elas conhecem de perto o descaso desses governos na saúde, na educação, nos transportes, não é à toa que sua popularidade tem caído vertiginosamente. Até a UPP, carro-chefe do Cabral e defendido pelo Paes, não tem mais servido para manter seus prestígios, depois que casos gravíssimo têm vindo à tona e mostrado à população que essa polícia não tem nada de pacificadora, como foi o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo. Por isso, a categoria encampou a campanha "Fora Cabral, vá com Paes". A renúncia anunciada pelo Cabral para janeiro não é o suficiente. O que estamos repudiando são os governos estadual e municipal como um todo. Eles certamente não representam os trabalhadores da educação, assim como não representam a população usuária dos serviços públicos.

Caso Amarildo: Campanha de solidariedade é lançada pela CSP-Conlutas

ANDRÉ OLIVEIRA, do Rio de Janeiro

Com medo da polícia, a mulher de Amarildo e seus seis filhos foram morar na casa de familiares. Lá são 17 pessoas dividindo uma pequena casa no morro da Rocinha. Elisabete e os filhos dormem num quartinho minúsculo, e quando chove todos têm de se abrigar na sala para fugir da chuva e dos ratos que passam por cima do cômodo sem forro.

A alimentação é garantida pelas doações que chegam de fora, pois a família está passando por extrema dificuldade financeira.

Frente a isso, a CSP-Conlutas decidiu fazer uma campanha de solidariedade ativa à família e lançou no último dia 25, no Fórum Sindical que organizou a paralisação nacional do dia 30 de agosto, uma campanha de solidariedade. No mesmo dia, já conseguiu apoio financeiro dos sindicatos e movimentos presentes.

O principal objetivo desta campanha é apresentar a questão para todos os sindicatos, movimentos sociais e obter o máximo de apoio à família.

Porém, essa campanha não isenta a responsabilidade do estado do Rio de Janeiro e do governo Cabral. Vamos seguir na ruas e nas redes sociais exigindo explicações sobre o desaparecimento do Amarildo e a reparação da família pelos danos causados.

Portanto, essa campanha é ao mesmo tempo de solidariedade à família do Amarildo e de cobrança ao governador Cabral e ao secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, por este bárbaro crime cometido pela Polícia Militar do Rio.

COMO PARTICIPAR

As pessoas e entidades interessadas devem entrar em contato com a CSP-Conlutas do Rio de Janeiro pelo telefone (21) 2509-1856 (falar com Myrian ou Júlio Condaque) ou através do seguinte e-mail: cspconlutas-rj@cspconlutas.org.br.

Greves, crises e mobilizações cercam o governo de Rosalba

AMÉRICO GOMES, de Natal (RN)

Com as mobilizações de junho e julho, trabalhadores, estudantes e a população mais carente aprenderam que a luta pode mudar a vida. No entanto, sabem que o governo, o parlamento e poder judiciário não mudaram, continuam legislando e julgando a favor dos poderosos. Por isso, ainda é preciso muita luta pela frente, e há disposição para isso.

No Rio Grande do Norte há uma situação de crise político-econômica que se materializa na profunda crise nos serviços públicos e no setor produtivo, com falta de investimentos, em virtude da corrupção e a utilização de privilégios para os políticos burgueses, mesmo com o aumento da arrecadação do Estado.

Já em 2011, houve um grande processo de mobilização que colocou em pauta o primeiro "Rio Greve do Norte". Em 2012, grandes mobilizações abriram uma crise no governo municipal e derrubaram a prefeita Micarla de Souza.

PASSEADA DOS SERVIDORES DA SAÚDE que estão há mais de um mês em greve

Em 2013, as mobilizações voltaram às ruas. De início, com a luta do passe livre, a conhecida Revolta do Busão, que em junho conquistou a diminuição da passagem de ônibus.

Em agosto, os trabalhadores, organizados em seus sindicatos e com seus métodos de luta, ocupam a cena política. Entraram em greve dos trabalhadores da saúde no dia 1°de agosto. Também vieram as greves os trabalhadores da educação e da segurança pública. Os policiais militares realizaram uma passeata e ameaçam, caso não sejam recebidos pela governadora, em não participar do desfile de 7 de setembro.

Estas mobilizações não reivindicam somente aumento salarial, mas melhores condições de trabalho e de prestação de serviço à população, contra a situação de sucateamento das escolas, hospitais e delegacias.

Por isso, conquistaram um amplo apoio popular, que identifica como seu principal inimigo a figura da governadora Rosalba Ciarlini (DEM). Com isso, o "Fora Rosalba" ganhou as ruas e tem apoio de massas, aprofundando a crise do governo. Sua rejeição já chegou a 83% e, consequentemente, ela está sem apoio político dos outros setores de sua classe.

A SOLIDÃO DE ROSALBA

De maneira geral, a burguesia potiguar considera a governadora um fracasso total e a culpam por falta de capacidade de acabar com a crise política.

Esta semana, o PMDB, acaudilhado pelo senador Garibaldi Filho, rompeu com o governo, levando dois secretários e mais dois cargos executivos. O PR, do deputado João Maia, afirma que seguirá o mesmo caminho.

Mas o inferno de Rosalba não para por aí. Até mesmo no DEM, partido da governadora, está ocorrendo uma insatisfação, com o senador José Agripino começando a apresentar criticas públicas.

Com toda estas rupturas, o governo Rosalba perdeu a maioria na Assembleia Legislativa. A maioria dos parlamentares já está na oposição, incluindo o presidente da Assembleia. Esse quadro aponta para a ingovernabilidade do estado e para o perigo de *impeachment* da governadora.

OS SERVIDORES DA SAÚDE

Os servidores da saúde vivem um grande enfrentamento contra o governo de Rosalba. Estão há mais de um mês em greve e realizam há quinze dias um acampamento em frente à casa dela.

Em agosto, a luta foi muito dura. Houve várias passeatas, ocupações de prédios públicos, resistência contra assédio moral e ameaças das chefias. No entanto, está claro para os trabalhares que a greve já obteve várias vitórias políticas.

"A greve serviu como uma alavanca impressionante para a campanha do 'Fora Rosalba'. Ganhou apoio de toda a população e a solidariedade generalizada. Transformou os trabalhadores da saúde na vanguarda das lutas e em uma referência estadual", afirma a vereadora do PSTU, Amanda Gurgel.

Junto com isso a direção do sindicato se firmou como a direção da categoria. Isso porque a condução da greve é absolutamente democrática, inatacável até pela oposição. Nas assembleias, a base tem total liberdade para falar e apresentar suas propostas. Tudo é decidido por votações democráticas, de maneira que são os servidores que decidem o passo a passo da greve.

Além disso, a direção do sindicato teve muita firmeza na orientação dos trabalhadores no enfrentamento com os ataques do governo e seus chefes. O governo ameaçou cortar o ponto de todos os funcionários grevistas e chegou a bloquear as inscrições dos plantões eventuais, mas o sindicato explicou que isso seria uma ilegalidade e que a força da greve obrigaria o governo a recuar. Um dos atos mais emocionantes foi a decisão dos chefes e coordenadores do Hospital Walfredo Gurgel que se recusaram a enviar o nome dos servidores em greve para a Secretaria de Administração, justificando que esta ato feria a Constituição brasileira e se caracterizava *"como assédio moral coletivo"*.

Nos pagamentos do dia 29 e 30, nenhum dia foi descontado de nenhum trabalhador. Depois de muita pressão, os plantões eventuais foram liberados, fortalecendo de maneira impressionante a greve, pois os trabalhadores estão com seus pagamentos no bolso e com os plantões assegurados. O governo também entrou com o pedido da ilegalidade da greve. No entanto, o sindicato vai contestar o pedido do governo.

O acampamento na frente da casa de Rosalba foi um acerto político fenomenal. Ganhou uma grande repercussão em todo o estado e até repercussão nacional. Uma referência para outros setores que, inclusive, se juntaram ao acampamento. O acampamento está sendo garantido por trabalhadores da saúde, além da juventude ligada à ANEL e ao Movimento Passe Livre.

A greve da saúde permanece forte e, por isso, a Secretaria de Saúde apresentou uma nova proposta aos trabalhadores, na qual reconhece a justeza de suas reivindicações, especialmente a correção da tabela do Plano de Cargos e a necessidade de novas contratações para o serviço público. Os trabalhadores vão decidir em assembleia se aceitam ou não a proposta.

AÇÃO DIRETA CONTRA O GOVERNO

Com a continuidade e o crescimento das greves e a insatisfação popular, o "Fora Rosalba" passou a ser uma tarefa imediata do movimento. Por isso, o PSTU defende a formação de um Comitê Fora Rosalba que centralize as ações para derrubar a governadora.

Passe-livre já! É hora de conquistá-lo!

SHUELLEN PEIXOTO, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Em junho, aprendemos que é nas ruas que conquistamos vitórias. Foi com a força da mobilização que barramos o aumento das passagens, a PEC 37 e o projeto de "Cura Gay". Agora, em agosto, voltamos às ruas numa jornada de lutas para exigir "Passe-Livre Já" para estudantes e trabalhadores desempregados.

Foram quase vinte ocupações de Câmaras Municipais impulsionadas pela Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL). Em muitas cidades, obrigamos os vereadores a debaterem projetos de lei sobre o Passe-Livre. Em outras, o movimento está em campanha política, coletando assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular. A possibilidade de vitória está colocada em algumas capitais, como Porto Alegre e São Paulo.

No último dia 30, a ANEL encerrou a Jornada de Agosto com sua participação nas greves e paralisações em todo o país, mobilizando milhares de estudantes pelo direito ao transporte.

PASSE-LIVRE É UM DIREITO DOS ESTUDANTES

Poucos sabem, mas passe-livre é um direito garantido pela Constituição brasileira. O artigo 206, inciso I, estabelece que o ensino tenha como um de seus princípios a "igualdade de condições para o acesso e permanência nos estabelecimentos escolares". No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional estabelece como dever do Estado oferecer condições para que os brasileiros tenham acesso aos estabelecimentos de ensino e possam continuar seus estudos.

A distância das escolas e a falta de transporte gratuito é um dos principais motivos da evasão escolar. As famílias, que gastam mais de 20% do seu orçamento em transporte, não têm como pagar. Essa é a realidade da grande maioria dos estudantes brasileiros, filhos da classe trabalhadora.

A falta do passe-livre significa impedir o acesso dos jovens não só ao transporte e à educação, mas também à cultura e ao lazer. A conquista do passe-livre vai, portanto, democratizar o acesso da juventude, principalmente a mais pobre, à cidade, ao espaço público, diminuindo a segregação urbana existente nas maiores cidades do país.

É necessário que este direito se estenda também aos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Na sociedade capitalista é assim: muitos trabalham muitas horas por baixos salários, enquanto uma parcela grande dos trabalhadores fica sem oportunidades de emprego, na fila dos desempregados.

O passe-livre, portanto, serviria para procurar um novo emprego, além de permitir mobilidade para ter acesso aos demais serviços públicos, como a saúde, educação e assistência social.

ATACAR OS LUCROS DOS EMPRESÁRIOS DO TRANSPORTE

Em algumas cidades brasileiras, o passe-livre estudantil já existe, ainda que com algumas limitações. Os estudantes usufruem desse direito em Cuiabá, Campo Grande, Rio de Janeiro, Grande Vitória, Distrito Federal e, desde as mobilizações de junho, em Goiânia também.

Na maioria dos casos, o passe não é totalmente livre. Na capital de Goiás, são apenas dois passes diários. Na capital federal, os estudantes secundaristas e universitários têm quatro passes diários. No Rio, são cinco passes por dia e apenas para secundaristas da rede pública.

Por isso, a ANEL lançou um Projeto de Lei (PL) de passe-livre, a ser apresentado nas Câmaras Municipais em todo o país e no Congresso Nacional, que ataca os lucros dos empresários do transporte. A juventude do PSTU apoia esse PL porque não queremos mais subsídios às máfias que dominam o transporte coletivo no Brasil.

Defendemos passe-livre como parte da luta pela Tarifa Zero e pela estatização dos transportes urbanos. Por isso, os custos do Passe Livre têm que sair dos bolsos dos empresários e não dos recursos públicos.

SEGUIR NAS RUAS PELO PASSE-LIVRE JÁ!

No dia 30 de Agosto, fomos às ruas junto com os trabalhadores para reivindicar nossos direitos. Paralisamos as atividades de diversas universidades e escolas, construímos atos e passeatas, numa grande demonstração da aliança operário-estudantil.

Chegou a hora de prepararmos os próximos passos do movimento. A juventude vai continuar nas ruas e não vai parar até conseguir "Passe-Livre Já" para estudantes e desempregados.

Conquistar o passe-livre no Brasil é possível e nunca esteve tão perto. As jornadas de junho colocaram os políticos e governantes na defensiva, encurralados pela força de nossa mobilização, com índices de popularidade baixíssimos. É a vez de obrigá-los a conceder nosso acesso ao transporte e à educação, assim como fizemos com a redução das tarifas.

Por isso, a juventude do PSTU se soma ao chamado da ANEL e da CSP-Conlutas na construção dos atos do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro. Além disso, estaremos ao lado dos jovens e estudantes nas próximas ocupações e mobilizações de rua. É tempo de desafiar a ordem, porque nossos sonhos têm pressa. ■

Estudantes durante a assembléia estadula da ANEL, em São Paulo (SP).

Vem aí as Assembleias Estaduais da ANEL. Organize sua revolta!

No dia 24 de agosto, já ocorreram as assembleias estaduais da ANEL de São Paulo e Minas Gerais. Agora, no mês de setembro, vão acontecer mais de 15 assembleias nos principais estados do Brasil. As Assembleias Estaduais da ANEL são espaços livres de debate e organização dos estudantes e da juventude que não se cansam de lutar. A Juventude do PSTU constrói a ANEL com milhares de jovens pelo país. Convidamos você a participar também dos fóruns da nova entidade de oposição aos governos, independente e democrática.

Próximo sábado, dia 14 de setembro, nos encontramos nas assembleias estaduais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Maceió, entre outras. Venha construir o novo movimento estudantil!

EM FORTALEZA a paralisação foi forte, apesar de CUT e Força Sindical.

Uma forte paralisação, apesar da CUT e da Força Sindical

Apesar do boicote da CUT e da Força Sindical, paralisações e protestos ocorreram em todo o país e fortaleceram novas lutas e campanhas salariais.

DA REDAÇÃO

No dia 30 de agosto, apesar do freio das centrais governistas, ocorreu uma forte mobilização em todo o país, ainda que com desigualdades regionais. Entre os destaques estão os petroleiros, a construção civil, os metalúrgicos e os funcionalismos públicos federal, estaduais e municipais. Em sete cidades houve paralisações totais ou parciais do transporte público, o que gerou um clima de paralisação geral. Ocorreram bloqueios de estradas, junto com atos e passeatas (leia nas páginas 8 e 9).

CONJUNTURA ATUAL

Para entender o balanço do que se passou no dia 30, é preciso entender a conjuntura na qual se deu o dia 30. Tivemos um momento de virada no país com as gigantescas passeatas de junho. Houve uma mudança geral na relação de forças entre as classes, que colocou a burguesia e os governos na defensiva. É um momento no qual Dilma foi obrigada a convocar representantes dos movimentos sociais para negociar e o Congresso Nacional chegou a anunciar uma "pauta propositiva", que incluía marcar a votação do passe-livre estudantil e outras medidas.

Foi na esteira das mobilizações de junho que a CSP-Conlutas propôs as mobilizações da classe trabalhadora. CUT e Força Sindical se sentiram pressionadas a aceitar que fosse marcado o Dia de Mobilização Nacional de 11 de julho. Esta data contou com uma grande paralisação nacional, com greves, bloqueios de estradas e manifestações. A CUT tentou desviar a mobilização para apoiar a proposta de plebiscito do governo, mas não conseguiu. A importância das paralisações impôs sua continuidade e, por isso, foi marcado um dia nacional de paralisações para 30 de agosto.

A conjuntura atual é diferente da de junho. Não têm ocorrido mobilizações como as que levaram 2,5 milhões de pessoas às ruas em apenas uma semana. Muitas ações, de grande radicalidade, como as ocupações das Câmaras, têm grande apoio entre a juventude e os trabalhadores, mas mobilizam algumas centenas ou milhares de pessoas.

Com a pressão reduzida, o Congresso deixou de lado a "pauta propositiva". A Câmara dos Deputados acabou de rejeitar a cassação do deputado Natan Donadon, que foi preso por corrupção em junho. Dilma aumentou duas vezes as taxas de juros e segue aplicando seu plano econômico neoliberal.

Essa é a conjuntura atual, em que aconteceu as mobilizações de 30 de agosto. As centrais governistas, que foram parte da convocação da data, colocaram um pé no freio nas lutas e apostaram nas negociações com o governo ao redor do Decreto 4330 (que libera mais ainda a terceirização no país) e do fator previdenciário (que poderia ser substituído por outra forma de ataque às aposentadorias). Isso ameaçou diretamente a mobilização do dia 30.

PAPEL DAS CENTRAIS GOVERNISTAS

Houve um forte dia de lutas, com greves e manifestações nas principais cidades do país. Mas isso se deu, em geral, apesar da CUT e da Força Sindical.

A CUT não parou os metalúrgicos do ABC paulista, professores e bancários de São Paulo. Apesar de ter sido votada uma greve nacional de professores, isso se deu apenas em alguns estados. Em outros, houve uma greve forte, dirigida por setores dissidentes da CUT. Os bancários da central também tinham votado uma greve nacional, que só ocorreu em algumas regiões.

A Força Sindical só parou algumas poucas fábricas entre os metalúrgicos de São Paulo – mesmo assim só por duas horas. Não parou a General Motors de São Caetano nem os metalúrgicos do Paraná.

Na verdade, tanto a CUT como a Força Sindical boicotaram a paralisação do dia 30, apostando na negociação com o governo. Caso essas centrais tivessem se jogado na mobilização, ela teria sido bem superior àquela do dia 11 de julho, em função das campanhas salariais que estão começando e da volta às aulas.

No entanto, se dependesse apenas destas centrais, a mobilização teria sido um fiasco. Os ativistas que estiveram à frente das mobilizações do dia 30 sentiram que o clima político geral na base não é o mesmo. Os bloqueios de estradas e ruas das cidades ainda têm o apoio majoritário das pessoas, mas não é o mesmo de junho. As paralisações dos setores que não estavam em campanha salarial foram mais difíceis do que no dia 11.

DIA 30: DOIS PASSOS ADIANTE

No entanto, a presença da CSP-Conlutas, junto com setores dissidentes da CUT, como a CUT Pode Mais, a direção da Condsef, entre outros setores, conseguiu impor uma grande mobilização. O notável do dia 30 é que apesar do boicote da CUT e da Força Sindical ocorreu um grande dia de mobilização em todo o país.

As categorias que estão em greve, como professores do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, tiveram no dia 30 um grande ponto de apoio. Setores que estão começando sua campanha salarial, como petroleiros, bancários e construção civil, também puderam alavancar suas lutas. Também o movimento estudantil, com sua luta pelo passe-livre, e os movimentos populares regionais que se integraram, puderam sair fortalecidos.

O dia 30 foi a maior mobilização de agosto. Ajudou a incorporar os trabalhadores nas grandes lutas abertas no país. Em muitas cidades, retomou o clima de mobilizações intensas, mesmo sem as grandes passeatas de junho. Ou seja, dentro da nova situação aberta no país desde junho, foi um passo adiante.

Foi também importante para a reorganização do movimento de massas. A CSP-Conlutas já havia mostrado peso em garantir a mobilização de 11 de julho. Mas agora, com o boicote da CUT e da Força Sindical, o papel da CSP-Conlutas foi muito maior. Junto com as dissidências da CUT, jogou um papel fundamental no Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Natal, Belém, Fortaleza, São José dos Campos, São Luís e muitas outras cidades. No terreno da reorganização, o dia 30 foi um segundo passo adiante.

30 de agosto

Paralisações, bloqueios de estradas e manifestações no 30 de agosto

O Dia Nacional de Paralisação sacudiu várias cidades do país, envolvendo as mais diversas categorias que estão em luta, além de estudantes e o movimento popular. Confira o que aconteceu em alguns estados.

Rio de Janeiro

"Fora Cabral" deu o tom

PSTU - RJ

Diversas manifestações foram realizadas no estado. Na educação, além das redes que estavam em greve, outras categorias paralisaram, como o Pedro II, o Ines, a UFRJ e a Escola Técnica de Química. Os bancários pararam, até o meio dia as agências da Av. Rio Branco e houve protesto na hora do almoço no principal prédio do Banco do Brasil. Os metroviários também paralisaram 50% dos funcionários do prédio da parte estatal da empresa, em Copacabana.

Pela manhã, foi realizada uma caminhada dentro da comunidade do Jacarezinho e trabalhadores da UFRJ bloquearam a Linha Vermelha. Os petroleiros fizeram um trancaço nos principais prédios do centro da cidade e no Centro de Pesquisa da Empresa (Cenpes), atrasando o início do expediente por aproximadamente duas horas. Houve, também, concentrações em outras unidades importantes, como o Terminal Aquaviário (TABG) e Edita.

Os operários do Comperj, que já haviam realizado paralisações parciais ao longo da semana contra o calote da empresa, também paralisaram suas atividades no dia 30.

No final da tarde, os trabalhadores e estudantes realizaram uma passeata com mais de duas mil pessoas até a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A manifestação, além de incorporar as reivindicações específicas de cada categoria e setor mobilizado, denunciou a política econômica do governo Dilma e deu destaque à luta pelo "Fora Cabral".

No interior do estado também ocorreram mobilizações. Em Caxias, os petroleiros do Reduc atrasaram a entrada em 1h30min. Em Niterói e Friburgo, ocorreram greves nas redes estadual e municipais de ensino, assim como paralisação nos pólos da UFF e da UFRJ. Em Macaé houve uma operação padrão em Cabiúnas (Terminal de processamento de gás e transferência de óleo operada pela Transpetro), além de greves nas escolas estaduais e municipais e paralisação dos pólos da UFF e UFRJ. Em Nova Iguaçu, foi ocupada a reitoria da Universidade Rural e foi realizada uma passeata no calçadão da cidade. Comerciários fizeram paralisações em lojas que não deram aumento. Em São Gonçalo, trabalhadores da educação estadual e municipal entraram em greve por tempo indeterminado. Os operários do Comperj paralisaram parcialmente. Em Volta Redonda, houve uma greve da construção civil. Em Campos dos Goytacazes, mais de quatro mil trabalhadores da educação fizeram uma manifestação.

Belo Horizonte

Paralisação e catraca livre

PSTU-BH

Na capital mineira, a Oposição Sindical Rodoviária, apoiada pela CSP-Conlutas e por militantes do PSTU, parou (durante toda a manhã) as duas maiores estações de ônibus da região metropolitana: Barreiro e Diamante. Ambas atendem, diariamente, 148 mil pessoas, com mais de 50 linhas integradas.

A paralisação ganhou massivo apoio popular. Moradores da região realizaram uma marcha e bloquearam a Via do Minério (Av. Waldyr Soeiro Emrich), um dos principais corredores de transporte da região industrial do Barreiro. A mobilização conjunta da população e dos rodoviários conquistou o retorno para casa com catraca liberada nos ônibus paralisados e o prefeito Márcio Lacerda (PSB) foi forçado a conceder uma audiência pública para tratar sobre a paralisia da construção da linha metrô e do hospital municipal na região.

Além disso, os trabalhadores da Santa Casa e os professores das redes municipal e estadual também paralisaram e marcharam pelo centro da cidade reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Nos cartazes e nas palavras de ordem, exigiam mais investimento na saúde e na educação públicas.

Em Betim, região metropolitana de BH, o Sindicato dos Metalúrgicos bloqueou a BR 381, atrasando a entrada dos operários da Fiat e de outras fábricas terceirizadas.

INTERIOR DE MINAS

No interior, a mobilização foi marcada por grandes ações dos sindicatos operários ligados à CSP-Conlutas. Em Mariana, a recém eleita direção do Sindicato Metabase (da mineração), convocou os trabalhadores a parar a produção do Complexo Minerário onde operam empresas como Vale, CSN e Samarco. Na região, são extraídos 20% de todo o minério de ferro do país. Metalúrgicos paralisaram atividades durante a manhã em Pirapora, Itaúna, São João Del Rey e Itajubá.

Em Juiz de Fora, trabalhadores da rede estadual e municipal de educação, trabalhadores sem-terra, metalúrgicos, teleoperadores, bancários, rodoviários, trabalhadores da indústria têxtil e estudantes pararam as duas vias da BR 040 (que dá acesso ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte) por mais de três horas.

Belém

Rumo à greve operária

PSTU – Belém

Já por volta das 6h30, vários canteiros de obra espalhados por vários pontos da cidade estavam parados. Os trabalhadores da construção civil de Belém aprovaram greve em assembleia realizada um dia antes e se somaram à mobilização nacional. Segundo o vereador Cleber Rabelo (PSTU), a paralisação nos canteiros de obra foi uma prova viva da necessidade que os trabalhadores têm de lutar, não só por pautas econômicas, mas também por pautas políticas.

"O aumento do salário é importante porque é o que determina quanto nós temos para colocar comida na mesa dos nossos filhos, mas mesmo que conseguíssemos 100% de reajuste seria insuficiente. Nós, trabalhadores, construímos esse país e não podemos usufruir de direitos básicos, como saúde, educação e moradia. É preciso inverter essa lógica!", afirmou.

Às 9h, estudantes e trabalhadores de diversas categorias se concentraram na Praça da República para marchar até o Centro Integrado de Governo (CIG) e exigir do governador Simão Jatene (PSDB) mais investimentos em áreas sociais. Entre as categorias presentes estavam professores e servidores das universidades federais do Pará, Rural da Amazônia e do Oeste do Pará, trabalhadores em educação das redes municipal e estadual, comerciários, mototaxistas, servidores da Funpapa, Adepará e Iterpa, trabalhadores da Emater, do Detran e da COHAB, bancários, entre outros. Ao todo, no estado, mais de 300 mil trabalhadores cruzaram os braços

Diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (STICMB) se dirigiram para os municípios de Ananindeua e Marituba para mobilizar a categoria. Os sindicatos destes municípios fecharam o acordo de 9% com a patronal, muito recuado perto da exigência de 16% feita pela categoria.

Com o apoio da diretoria do STICMB e do vereador Cleber Rabelo, a paralisação de duas horas também foi garantida nesses dois municípios. Uma nova assembleia com mais de dois mil trabalhadores foi realizada na qual os trabalhadores revogaram a decisão da assembleia anterior (de aceitar os 9%) e votaram pela greve da categoria a partir do dia 2.

Agora, operários de Belém, Ananindeua e Marituba irão enfrentar a patronal e seus governos, PSDB e PMDB (Jatene, Zenaldo, Pioneiro e Elivan Faustino), prefeitos das cidades que financiam os empresários do setor. Sem contar que estes empresários estão entre os maiores beneficiários do governo Dilma (PT). Só 9% não dá! Queremos cesta básica, já!

Aracaju

Bloqueios de rodovias

PSTU – São José dos Campos

No começo da manhã quatro rodovias foram bloqueadas na capital. Os bloqueios tiveram duração de pouco mais de duas horas.

Segundo a CONAFER (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares), foram fechadas cinco rodovias estaduais.

Os petroleiros paralisaram a sede da empresa e no Tecarmo, com grande adesão. Na Universidade federal de Sergipe também, parou suas atividades.

Vale do Paraíba

Paralisações na GM, Embraer e várias categorias

PSTU – São José dos Campos

A paralisação mobilizou cerca 30 mil trabalhadores no Vale do Paraíba, nas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca e Caçapava.

Metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores dos Correios, do setor de alimentação, químicos, vidreiros, professores, aposentados e estudantes promoveram greves, paralisações parciais e passeatas ao longo de todo o dia.

Entre os metalúrgicos, os protestos já começaram no dia 29, com o atraso na entrada dos turnos na Embraer. No dia 30, trabalhadores de outras 24 fábricas fizeram paralisações parciais e greves de 24h, totalizando 27 mil metalúrgicos mobilizados pelo Dia Nacional de Paralisações.

Na GM, a greve de 24h afetou inclusive os funcionários de empresas terceirizadas da montadora. Houve paralisação também na Avibras, Ericsson e Sun Tech. No condomínio industrial das Chácaras Reunidas, houve "arrastão" de assembleias em várias fábricas e bloqueio do principal acesso ao bairro.

Nas regiões de Jacareí e Santa Branca, houve mobilização na Emerson, Parker Hannifin, Inox, Wirex Cable, Volex e Press Mecânica. Em Caçapava, greve de 24h na fábrica composta por mulheres Blue Tech, na MWL e 3C.

Em várias empresas, as mobilizações foram garantidas com a participação de ativistas da base. Nas fábricas, várias atividades contaram com o apoio da juventude, concretizando a unidade operário-estudantil.

Além de metalúrgicos, houve paralisações na cervejaria Ambev, em Jacareí; na categoria de vidreiros; agências dos Correios em Taubaté e Pindamonhangaba, e manifestação na Revap, refinaria da Petrobras, em São José.

Passeatas percorreram as ruas dos centros de São José e Jacareí, onde os motoristas de ônibus também aderiram.

"As manifestações fizeram exigências ao governo Dilma, protestaram contra o PL 4330, que amplia as terceirizações e serviram para impulsionar a campanha salarial dos metalúrgicos. Enquanto nossa pauta de reivindicações não for atendida, continuaremos mobilizados", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Fortaleza

Terminais rodoviários parados

CAMILA CHAVES, de Fortaleza

Além da adesão de categorias como a da construção civil e do serviço público federal, a paralisação do transporte urbano desencadeou a paralisação das atividades de diversas outras categorias.

Em todos os terminais da cidade, os ônibus foram parados durante o período da manhã e liberados no início da tarde.

Essas ações de paralisação foram organizadas pela CSP-Conlutas, com o apoio da militância do PSTU, Consulta Popular e ANEL, como parte do Dia Nacional de Paralisações, convocado pelas centrais sindicais. Entidades da base da CUT e movimento popular se incorporaram ao ato de rua.

Cerca de duas mil pessoas participaram da manifestação, que saiu da Praça da Bandeira, cortando ruas e avenidas até chegar à Prefeitura Municipal. Foi formada uma comissão, com o objetivo de questionar o andamento da pauta de reivindicações entregue no dia 11 de julho. Contudo, alegando que o prefeito não estava presente, a Prefeitura propôs um representante para receber a comissão, o que não foi aceito pelos manifestantes.

O 30 de agosto serviu para reforçar que não deve haver nenhuma confiança nos governos municipal, estadual e federal e que, principalmente, segue a disposição de luta da juventude e dos trabalhadores. Em Fortaleza, as entidades que participaram do dia de lutas, agora, se preparam para organizar ações unificadas para o 7 de setembro, quando acontece, em todo o país, o Grito dos Excluídos.

Porto Alegre

Paralisação dos transportes

PSTU- RS

A rotina dos porto alegrenses foi alterada no dia 30. Cedo da manhã, as rádios já noticiavam que poucos ônibus circulavam na capital gaúcha, e que o Tremsurb, metrô que liga Porto Alegre a outras cidades da região metropolitana, estava parado. Ainda era noite quando trabalhadores e estudantes saíram às ruas para mobilizar as paralisações. Os rodoviários pararam e muitas garagens ainda não tinham sua frota toda na rua no final do dia. Os trilhos do metrô foram ocupados por sindicalistas e estudantes, muitos colégios da rede estadual, que já estavam em greve, aderiram mais fortemente ao chamado e também paralisaram suas atividades.

No início da tarde, depois de uma manhã de mobilizações, as centrais sindicais, os partidos, as entidades do movimento estudantil e o movimento social que chamaram o dia 30 se aglomeraram em frente ao Palácio Piratini (sede do governo estadual) para cobrar do Governo Tarso Genro (PT) suas reivindicações. Os professores em greve exigem o pagamento do piso; os estudantes secundaristas, o fim do Politécnico e os indígenas exigem uma posição do governador sobre a demarcação das terras indígenas. Um fato que marcou a tarde do dia 30 foi a dura repressão que os quilombolas e os indígenas, que acampavam em frente ao Palácio do governo, sofreram. As cenas são chocantes, com mulheres, homens e crianças sendo atacados pela tropa de choque da Brigada Militar, que não economizou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes.

Segundo Vera Guasso, presidente do PSTU gaúcho, Porto Alegre, mais uma vez, realizou um grande dia de paralisações neste 30 de agosto. *"Estamos acumulando forças para uma grande greve geral que paralise todo o país. Pois desde as jornadas de junho, com a juventude nas ruas e a paralisação nacional de 11 de julho, os governos, a começar por Dilma, passando por Tarso e Fortunati, não querem ouvir a voz dos trabalhadores e da juventude"*.

São Paulo

Passeata e trancamento da USP

PSTU-SP

Na manhã do dia 30, estudantes da USP organizaram um trancaço na universidade, parando a Avenida Alvarenga, uma das principais da região oeste. Além disso, ocorreu um debate na USP Leste entre funcionários, professores e estudantes para discutir a pauta por mais democracia na universidade. Houve, também, paralisação da ESP (Escola de Sociologia e Política), lutando contra o valor abusivo das mensalidades.

Ainda pela manhã, operários da região sul tiveram assembleia, seguida de paralisação, e manifestação de rua, parando a Ponte do Socorro.

À tarde ocorreram várias manifestações que convergiram em um ato unificado na Avenida Paulista. O sindicato dos professores municipais, chamou ato na frente da Prefeitura Municipal, com exigências para a categoria; o Sintrajud, com ato em frente ao TRT e Sindsef organizou um ato em frente ao INSS, contra o fator previdenciário.

Antes do ato sair na Paulista, aconteceu uma Aula Pública, organizada pela Apeosp (sindicatos dos professores da rede estadual). O ato contou com a participação de dois mil trabalhadores e estudantes que, para além das pautas especificas, pediram mais investimentos em transporte, saúde e educação

"Mais Médicos" ou "Mais SUS"?

A polêmica importação de médicos estrangeiros e a chegada dos médicos cubanos

ALESSANDRA CAMARGO,
da Secretaria Nacional de Saúde do PSTU

Em junho, milhares de brasileiros fizeram duras críticas aos serviços públicos. Questionavam os absurdos gastos com os megaeventos (como a Copa e as Olimpíadas) e os escassos recursos para os serviços de primeira necessidade da população. A Saúde foi apontada como uma das pautas mais urgentes e sentidas.

Como resposta, o governo Dilma propôs o improvisado "Pacto pela Saúde", que tem como política central o "Programa Mais Médicos", para incentivar a ida de médicos, brasileiros e estrangeiros, para atuarem nas periferias e interior do país.

Para viabilizar esse programa, o governo realizou uma convocatória para a seleção de médicos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. A iniciativa foi um fiasco, pois se cadastraram apenas 1.096 com diplomas brasileiros e 243 estrangeiros, segundo dados do Ministério da Saúde.

No intuito de salvar o programa, o ministério assinou um termo de cooperação para trazer 4000 médicos estrangeiros, em particular de Cuba. Os primeiros 682 médicos chegaram ao Brasil, sendo 400 cubanos.

Essa medida gerou uma grande polêmica em todo o país. Entidades médicas protestaram pelo não cumprimento do Revalida, o certificado de revalidação do diploma de todo médico estrangeiro que deseje trabalhar no país. Junto a isso, se destilam posições xenófobas, racistas, reacionárias e corporativas, principalmente contra os médicos cubanos.

CUBA: DA REVOLUÇÃO À RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Defendemos a revolução cubana e as suas conquistas, particularmente no campo da Saúde, onde uma pequena ilha latino-americana conseguiu alcançar indicadores de saúde, por vezes, superiores a países desenvolvidos de economia capitalista.

Não podemos, contudo, fechar os olhos aos fatos. A restauração capitalista já ocorreu em Cuba com o retorno da propriedade privada em setores chaves, o fim da planificação da economia e do monopólio do comércio exterior. A partir da restauração, muitas conquistas estão se perdendo, inclusive na saúde.

O pagamento integral da bolsa do "Programa Mais Médicos" de R$ 10 mil será repassado ao governo cubano, que por sua vez deve repassar R$ 2.500 a cada médico no Brasil. Valor muito superior à remuneração mensal em Cuba, de 40 dólares (R$ 100). Para profissionais de outras nacionalidades, o valor integral da bolsa será repassado ao próprio médico.

O Estado cubano se aproveita desses profissionais como uma espécie de terceirização gigantesca. Um escândalo, inaceitável para qualquer um que lute contra as terceirizações no Brasil.

Com a restauração do capitalismo, a exportação de profissionais de Saúde se tornou uma das mercadorias mais importantes de Cuba, que rende US$ 6 bilhões anuais. Trata-se da expressão da decadência do Estado cubano, não tendo nada de "ação humanitária".

Esse é um negócio muito interessante para ambos os governos. Para Cuba, representará arrecadação de receitas. Para o governo brasileiro, um mecanismo para responder à carência de médicos no SUS, barateando o custo da mão-de-obra.

PRECARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

O "Programa Mais Médicos" é uma manobra, visto que os médicos serão contratados como bolsistas de "aperfeiçoamento em serviço", e isto independe de sua nacionalidade. Trabalhadores que têm seu emprego disfarçado de bolsa de estudo são vítimas de precarização e negação de direitos trabalhistas. Eles não terão direito a vínculos empregatícios, nem direitos trabalhistas pelo tempo de serviço prestado, como FGTS, férias ou 13º salário, como regulamenta a Constituição Brasileira.

Além disso, o pagamento das bolsas de estudos e de todas as despesas do projeto será realizado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, uma terceirização e mesmo quarteirização, no caso de suas subsidiárias da gestão pública a qual o Governo Federal tenta implantar em toda a rede de hospitais, institutos e hospitais universitários. Trata-se de uma das maiores transferências na história brasileira de fundo público para o setor privado. Esta empresa estará dispensada de licitar todos os gastos com o programa, favorecendo o desvio de dinheiro público.

UMA MUDANÇA REAL NA SAÚDE

O "Programa Mais Médicos" não vai mudar a essência da saúde no Brasil. Não se resolve a situação do SUS apenas colocando um médico, sem infraestrutura e equipe multiprofissional.

Independente da nacionalidade dos médicos, cubano ou qualquer estrangeiro, não se faz saúde apenas com médicos. Se o governo brasileiro tem a verdadeira intenção de ter médicos no SUS, a solução é simples: investimento em infra-estrutura, concurso público com contratação por RJU (Regime Jurídico Único) e a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do SUS - com salários justos, estabilidade no emprego e estímulo à qualificação permanente.

A viabilidade do SUS depende de triplicar as verbas públicas para a saúde pública e, para isso, é necessário que se destine 10% do PIB para a saúde, para não sucatear e não privatizar! A proposta do governo de 25% dos royalties para a saúde é irrisória, pois esse percentual representa um incremento de 0,6% no PIB até 2022, distante dos 10% do PIB deliberados pela última Conferência Nacional de Saúde.

Defendemos a realização do Revalida ou, caso o governo brasileiro tenha críticas a este, que crie um instrumento real de recertificação para avaliar se os médicos estrangeiros estão aptos a exercer a medicina em nosso país, para que a população não fique a mercê de más práticas médicas.

Após essa comprovação, que assegure aos trabalhadores que já estão no país todos os direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira (FGTS, férias, 13º salário e Previdência Social). Defendemos que os médicos cubanos recebam integralmente o valor de suas bolsas de maneira direta, pois não podemos aceitar uma terceirização estatal em escala.

Ao invés de "Mais Médicos", reivindicamos "Mais SUS", com 10% do PIB para financiamento da saúde pública e o fim das privatizações e da precarização das condições e relações de trabalho no SUS.

Em defesa dos trabalhadores cubanos!

Em Fortaleza, médicos cubanos, como Juan Delgado, na foto, são vaiados em protesto xenófobo e racista organizado por Sindicato dos Médicos do Ceará

Nossa crítica é ao "Programa Mais Médico" e ao acordo comercial firmado entre Brasil e Cuba. Repudiamos qualquer tipo de intolerância e hostilidade aos médicos cubanos. Defendemos sim o direito dos trabalhadores cubanos ou de qualquer outra nacionalidade de trabalharem no Brasil. Defendemos a união do classe trabalhadora em todo o mundo, por isso qualquer trabalhador que deseje trabalhar em nosso país é bem-vindo.

A privatização das cidades e a "crise urbana"

ANTÔNIO SILVA

A redução no preço das tarifas do transporte público foi o estopim das manifestações de junho. Ao lado dessa reivindicação, logo surgiram uma série de outras, tais como saúde, educação e contra a corrupção, aparentemente difusas, mas tinham um ponto em comum: refletiam uma profunda insatisfação com a vida nas cidades.

Essa situação já vinha se agravando ao longo dos tempos, mas ganhou um salto na última década. O modelo de desenvolvimento econômico implementado pelos governos do PT, ao invés de reverter uma tendência de governos anteriores, aprofundou ainda mais o processo de espoliação urbana, *"entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares dos serviços de consumo coletivo"* (Lúcio Kowaric, A espoliação urbana).

NICE EVANGELISTA

Opinião Socialista visita Ocupação Esperança em Osasco (SP)

PRIVATIZAÇÃO DAS CIDADES

Houve, nas últimas décadas, uma penetração e domínio sem igual do capital em todas as esferas da vida na cidade. O neoliberalismo conseguiu praticamente varrer as empresas públicas e reduzir drasticamente o alcance e a qualidade dos serviços públicos, reforçando o domínio econômico e político das grandes empresas nacionais e estrangeiras sobre as cidades.

Os serviços foram terceirizados, executados por empresas privadas. O domínio dessas empresas se estendeu às esferas antes impensadas, como saneamento, iluminação pública, água, coleta de lixo e administração das rodovias. A política e os preços das tarifas públicas passaram a ser definidos de acordo com o interesse do mercado de forma a garantir o lucro das operadoras e não os interesses da população.

As empresas concessionárias dos serviços de transportes formaram cartéis que atuam com toda liberdade. Em São Paulo, um só empresário é dono de um grupo que, em 2012, transportou 57% dos passageiros da cidade. Quase não há controle sobre as planilhas de custo, dos preços e da qualidade dos serviços prestados.

Num claro favorecimento ao setor automobilístico e da construção civil, os investimentos em infraestrutura urbana são orientados para a produção de pontes, viadutos e duplicação de avenidas.

Mesmo assim, o tráfego nas grandes cidades ficou insuportável. Mas, se é verdade que a piora da mobilidade afeta a todos, é sobre a população da periferia que ela cobra maior peso. Segundo pesquisa da Companhia Metropolitana de Transportes/Metrô, em 2007, o tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Os proprietários e empresas do setor imobiliário e da construção civil tomaram conta do planejamento urbano, moldando-o de acordo com seus interesses.

Esses setores ganharam um grande impulso a partir da crise do mercado imobiliário nos EUA e Europa. Parte deste capital se deslocou para o Brasil e começou a operar no mercado aberto. Em 2007, a participação dos investidores estrangeiros no mercado de ações de empresas brasileiras que estavam descapitalizadas foi de 93,4% para a PDG; 68,3%para a Tecnisa; 93,1% para a Gafisa e 73,3% para a MRV, por exemplo.

Aqui encontram ambiente favorável para sua reprodução a partir da adoção de uma política econômica anticíclica por parte do governo. O PAC I (2007), o PAC II (2010), o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (2009) e as obras da Copa e das Olimpíadas são exemplos de grandes projetos do governo elaborados com os empresários da construção civil. Esse conjunto articulado de políticas levou a um *boom* imobiliário de grandes proporções.

Segundo o Banco Central, o investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, entre 2002 e 2011, passando de R$ 1,8 bilhão à R$ 79,9 bilhões. Junto com isso, no mesmo período, os subsídios governamentais cresceram de R$ 784.727 para R$ 5,3 bilhões. Boa parte deste incremento se deu nos últimos dois anos. Basta ver o peso que o setor da construção ganhou na economia. Enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, em 2010, foram de 7,5% e 11,5%, respectivamente.

Esse *boom* deu um salto na especulação imobiliária. Entre 2009 e 2012, o preço dos imóveis na cidade de São Paulo, por exemplo, subiu em torno de 150% e no Rio 180%.

SEGREGAÇÃO URBANA E PRECARIEDADE DA VIDA

A especulação elevou os aluguéis e o preço dos imóveis. Acirrou a luta pelo controle das terras entre o capital e a força de trabalho. Não por acaso, aumentou o número de despejos violentos e das remoções forçadas de famílias para fins de empreendimentos imobiliários. Favelas com localização urbana mais central têm suas existências permanentemente ameaçadas por incêndios altamente suspeitos.

A especulação vem empurrando cada vez mais a população de baixa renda para a periferia da periferia. Estudo do IPEA aponta que o crescimento populacional nas periferias de regiões metropolitanas é mais que o dobro das regiões centrais.

Esse processo tem agravado ainda mais o déficit habitacional que, segundo o IBGE, em 2009 já estava em torno de 9 milhões de moradia, sendo que 35% estavam concentrados em pessoas com renda de até 3 salários mínimos. A especulação impõe uma corrida que o "Minha Casa Minha Vida" está longe de alcançar.

Por outro, levou a um aumento ainda maior da segregação urbana. O contraste entre a cidade formal e informal, o centro e a periferia, os bairros ricos e pobres - com toda diferença de acesso aos serviços coletivos públicos e privados -, se acentuaram, o que deu origem a uma nova configuração urbana.

O PT E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E À REFORMA URBANA

Com a conivência ou apoio direto dos governos federais, estaduais e municipais, tentativas de controle público sobre o planejamento urbano como o Estatuto das Cidades, por exemplo, se mostraram utópicas e foram literalmente atropelados pelos empresários. A chamada "função social da propriedade" é totalmente ignorada. Os planos diretores são cada vez mais flexibilizados.

É importante que se diga: o PT, por estar à frente do governo federal, é o principal responsável por todo esse cenário de avanço da privatização das cidades. O fato do Ministério das Cidades estar nas mãos do PP de Paulo Maluf, desde 2005, ilustra bem isso. A aliança com esses setores se multiplicam pelos governos estaduais e municipais.

Aos movimentos sociais, principalmente os populares, não resta alternativa senão recolocar no centro da agenda a luta pelo direito à cidade e pela reforma urbana-fundiária, que retire das mãos dos capitalistas o planejamento urbano.

As manifestações de junho mostraram que é possível construir uma cidade não organizada sob a ótica do lucro, mas sob a lógica da vida, do desenvolvimento humano, da não concentração e da democracia direta dos trabalhadores e do povo.

"É preciso retomar a luta pela reforma urbana"

JEFERSON CHOMA

HELENA SILVESTRE, entrevistada pelo Opinião Socialista

Na madrugada de 24 de agosto, 300 famílias ocupararam uma área em Osasco, próximo à Rodovia Anhanguera. O ***Opinião*** visitou a ocupação Esperança e entrevistou Helena Silvestre, dirigente do Movimento Luta Popular, filiado a CSP –Conlutas, que está à frente da ocupação.

DA REDAÇÃO

OPINIÃO SOCIALISTA - COMO FOI ORGANIZADA A OCUPAÇÃO?

Helena Silvestre- Como todas as cidades da Região Metropolitana de São Paulo, Osasco também tem um grande problema de moradia. A partir de um trabalho que o Movimento Luta Popular vinha desenvolvendo aqui, fomos identificando que havia uma demanda habitacional muito grande. As famílias então começaram a se organizar e pediram nosso apoio e ajuda para realizar essa ocupação. Fizemos uma ocupação no dia 12 de julho aqui em Osasco numa área pública e municipal no Parque Bandeirantes. Lá sofremos um despejo muito rápido a mando da prefeitura. Mas arrancamos uma negociação e a realização de um cadastro com 300 famílias junto à administração municipal. Enviamos à prefeitura esse cadastro, mas não houve resposta. Ignoraram todo o processo de negociação e fingiram que a gente não existia.

As famílias seguiram organizadas e definimos que a única saída pra aquelas pessoas que estavam já à beira de uma ordem de despejo era fazer uma nova ocupação. No dia 24 de agosto realizamos essa ocupação aqui, no Bairro Três Montanhas.

O movimento cresceu e abrimos a ocupação para outras famílias que estavam dispostas a participar da luta. Hoje, com uma semana de ocupação, temos aqui cerca 1.100 famílias. Nossa perspectiva aqui não é construir uma nova favela. Muito pelo contrário, já viemos de uma situação muito precária. Nossa perspectiva é organizar uma comunidade que tenha condições de se organizar pela luta por moradia questionando as políticas públicas atuais.

COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DO TERRENO? A PREFEITURA JÁ SE DISPÔS A NEGOCIAR?

Helena - Essa é uma área privada, o proprietário já deu entrada no pedido de reintegração de posse. Pretendemos realizar uma luta jurídica pra questionar não cumprimento da função social da propriedade. Queremos questionar o conjunto das áreas vazias da cidade que não cumprem função social. Mas nossa luta não é só contra o proprietário. É uma luta contra o Estado que não têm implementado uma política de habitação popular que contemple as necessidades dos trabalhadores mais pobres.

Achamos que o governo do estado também deve se envolver e que o governo federal tem que entrar forte aqui, pois a política de habitação, implementada pelos municípios, é nacional.

As três esferas de governo têm responsabilidade pelo fato de que direito à moradia dessas pessoas não está sendo garantido. Achamos que possível assentar essas famílias em programas habitacionais.

Não vamos sair dessa luta sem conseguir o direito a moradia. Estamos aqui debaixo de lona, comendo na cozinha coletiva, trazendo doação de alimento, passando frio, dividindo o trabalho de limpeza. Estamos numa situação difícil e precária, mas a gente tem esperança de conquistar nossa moradia, por isso "ocupação esperança".

COMO VOCÊ AVALIA AS POLÍTICAS PÚBLICAS A RESPEITO DA QUESTÃO DA MORADIA?

Helena - Na verdade a política de habitação tem se estruturado de forma complicada e ineficiente. Não dá conta dos problemas de habitação principalmente nas regiões metropolitanas, onde a especulação imobiliária é muito grande e o custo da terra muito alto.

Osasco é um exemplo disto. Em 2009, com o lançamento do "Programa Minha Casa. Minha Vida", a prefeitura, que é do PT, abriu um cadastramento pela internet e alguns pontos da cidade. Teve mais de 70 mil famílias. Como eles perceberam que isso não teria fim, fecharam o cadastro rapidamente. Fizeram uma triagem e chegaram a um número de 43 mil que estariam em condições de entrar no programa. De 2009 até hoje, a prefeitura entregou apenas 420 unidades do "Minha Casa", ou seja, não nem 1% do cadastro realizado.

Essa é uma realidade de todo o Brasil, não só daqui. A especulação imobiliária é muito forte no país. As terras não cumprem nenhuma função social. As prefeituras não implementam nem mesmo os instrumentos legais criados pelos próprios planos diretores ou outros como a edificação compulsória, a da ação em pagamento ou a adjudicação, formas que podem saldar dívidas tributárias em troca do terreno.

Isso não é levado adiante porque a cidade se tornou uma mercadoria extremamente rentável aos capitalistas. Na medida em que os terrenos providos com infra-estrutura urbana são caríssimos, ou seja, estão fora dos programas habitacionais, as pessoas pobres vão se acomodando em moradias precárias, em sub-habitações, onde moram três ou quatro famílias, ou vivem em áreas de riscos e distantes de onde tem alguma infra-estrutura urbana.

Na verdade é o problema da cidade e da reforma urbana que está em jogo quando a gente discute a especulação imobiliária e a postura condescendente que os governos têm com eles.

A REFORMA URBANA FOI UMA BANDEIRA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA. COMO TRAVAR ESSA LUTA HOJE?

Helena - Durante a década de 1980, o movimento pela reforma urbana foi muito importante, mesmo na época da ditadura. Como exemplos são o movimento de mães sem creches, de mutirões, o movimento contra a carestia e o que organizava ocupações.

Juntos, esses movimentos reivindicavam outra lógica de desenvolvimento das cidades e acumularam uma série de propostas importantes. Qual é o problema? Muitos governos passaram a incorporar essas propostas, mas apenas na forma. O conteúdo radical delas, a lógica de construir uma cidade que priorize a vida e não o lucro ficou pra trás. Ao mesmo tempo, muitos desses movimentos escolheram o caminho institucional e não a luta direta.

É preciso retomar prá valer a luta pela reforma urbana. O combate à especulação só pode se dar com a organização popular, com base, força, e na luta direta, para que se criem novas soluções e propostas, começando por colocar em pratica a expropriação imediata de todas as áreas vazias com dívidas tributárias; a desapropriação de todas as áreas subutilizadas; o controle estatal dos preços dos aluguéis; a formação de Conselhos Populares que decidam sobre a política urbana em assembleias populares massivas.

Os movimentos têm que se unir para que possamos conquistar o verdadeiro direito à cidade, para que a gente não seja absorvido e massacrado por esse modelo de desenvolvimento urbano.

Fora Bashar Al Assad! Não

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)

Os governos das principias potências imperialistas, além da Turquia, estão preparando um ataque militar à Síria. Mesmo depois da derrota no Parlamento britânico, que votou contra a participação inglesa no conflito, o governo de Obama disse que está preparado para agir de forma isolada ou, na melhor das hipóteses, com o apoio da França.

O imperialismo, cinicamente, afirma que a intervenção armada teria objetivos "humanitários" e "protegeria civis" sírios, usando como pretexto o brutal e repudiável ataque com armas químicas nos subúrbios de Damasco, no qual morreram pelo menos 1.400 pessoas.

Segundo informações do jornal Washington Post, os EUA estão considerando uma intervenção militar limitada em termos de duração e objetivos. O operativo militar, em conjunto com outras potências, consistiria no lançamento de mísseis durante poucos dias e a partir do mar, contra alvos militares, não se restringindo necessariamente àqueles relacionados com armas químicas.

A presença de vários navios de guerra da marinha dos EUA na zona do Mediterrâneo Oriental, armados com mísseis de cruzeiro e em posição de combate, além de outros pertencentes ao Reino Unido e à França, reforçam esta hipótese.

Se isso se concretizar dessa forma, não seria uma ação para derrotar diretamente Al Assad, mas sim para debilitá-lo e forçar o regime a aceitar uma saída e transição negociadas, política até agora privilegiada pelo imperialismo.

A própria Casa Branca confirmou isso por meio de seu porta-voz Josh Earnest, quando ele afirmou ao Congresso dos EUA que a ação será *"limitada"* e que *"neste caso nem se busca uma invasão nem a mudança de regime"*. Hollande, presidente da França, também declarou que o objetivo seria o de *"frear"* o uso de armas químicas e que *"não se trata de derrubar"* Assad.

> A classe trabalhadora deve estar ao lado da revolução síria contra a ditadura de Al Assad e, ao mesmo tempo, repudiar a possível intervenção do imperialismo nesse país

Dentro da gama de possibilidades militares, o imperialismo está considerando aquelas opções com o menor custo político, em um país e uma região abalada por um poderoso processo de revoluções populares. Neste contexto, essa alternativa seria a menos arriscada para o imperialismo, que não tem condições políticas - apenas 25% da população aprova envolver-se em outro conflito armado - para invadir militarmente a Síria mediante um ataque terrestre.

Mesmo uma zona de exclusão aérea está sendo pensada com o maior cuidado, pois as defesas antiaéreas do regime Assad não são desprezíveis.

Civis passam apressados pela passagem entre Bustan e Aleppo, temendo a ação de franco atiradores de Al Assad.

OBJETIVOS DO IMPERIALISMO

Sabemos que muitos combatentes rebeldes, que lutam de maneira heroica para acabar com uma tirania monstruosa que controla o país há 40 anos e que desde o início da revolução cometeu as piores atrocidades contra a população civil, podem ver esta possível intervenção do imperialismo como uma "ajuda" ou uma "proteção" na sua luta desigual contra o déspota de Damasco.

No contexto do nosso apoio total e incondicional à luta desse povo para derrubar Assad, afirmamos que nenhuma intervenção do imperialismo tem ou terá essa finalidade.

Sua intervenção não será "humanitária". Não será para "salvar vidas" ou para "defender os direitos humanos". Muito menos para que "a revolução triunfe". Porque, se os EUA quisessem realmente ajudar os rebeldes sírios a derrubar Assad, há muito tempo e antes da perda de tantas vidas, já lhes teria fornecido, incondicionalmente, as armas pesadas que tanto necessitam, como aviões, tanques e mísseis antiaéreos.

> O imperialismo sempre intervém com seus próprios objetivos, que invariavelmente passam por suas pretensões de dominar diretamente a economia e a política do país que ataca

O imperialismo intervém para tentar impor seu peso militar e ser o eixo do novo poder que substitua Assad para influenciar diretamente e garantir um acordo que atenda aos seus atuais e potenciais interesses após uma possível queda do ditador.

O imperialismo sempre intervém com seus próprios objetivos que, invariavelmente, passam por suas pretensões de dominar diretamente a economia e a política do país que ataca. Esse foi o motivo da invasão do Iraque e do Afeganistão. Essa também é a razão pela qual apoia Israel na usurpação dos territórios e na limpeza étnica contra o povo palestino e pela qual apoia a monarquia ultrarreacionária da Arábia Saudita, a qual usou para reprimir a justa luta do povo do Bahrein contra seu governo, outra monarquia fantoche do imperialismo.

E esse também é o objetivo na Síria. O discurso sobre supostas motivações humanitárias como "proteger os civis" é um canto da sereia que não deve iludir os combatentes sírios nem a esquerda mundial. Prova disso é a própria atuação do imperialismo até agora na guerra civil na Síria.

A política de Obama, mesmo depois do início do levantamento popular contra a ditadura síria, foi a de apoiar Al Assad, já que este lhe prestou valiosos serviços em relação à segurança de Israel e à estabilização da região.

A hipocrisia do imperialismo não tem limites. Enquanto Al Assad era capaz de lhes garantir estabilidade, Obama e as principais potências europeias sempre fecharam os olhos ante toda a repressão e os crimes de sua ditadura sanguinária.

O imperialismo retirou o seu apoio ao ditador - e não ao regime em si - somente quando percebeu que mantê-lo, diante da luta armada do povo sírio, tinha se tornado insustentável do ponto de vista do principal interesse dos EUA neste momento: estabilizar o país e derrotar a revolução em toda a região.

A SAÍDA DAS NEGOCIAÇÕES

No entanto, a posição do imperialismo a favor da saída de Bashar Al Assad não significa que tenha abandonado a política de negociar uma saída, até onde seja possível, entre o regime e os setores pró-imperialistas da oposição, como o Conselho Nacional Sírio (CNS).

Nesse contexto, diante de uma situação de guerra civil, que desestabiliza a região e se arrasta sem saída a curto prazo, e ante a recusa da ditadura de Assad em negociar, os EUA tentam intervir para poder derrotar a revolução e garantir seu domínio, ainda que seja sem Bashar.

Seu objetivo, então, não é "libertar" o povo sírio, mas sim tentar se tornar os novos senhores e impor um domínio colonial, como fizeram em tantos outros países.

O imperialismo busca o controle direto. Entrará para tentar impedir que seja o povo sírio ou os rebeldes, que estiveram à frente da luta e deram a dor, o suor e o sangue de seus mártires, os que governem após a derrota do tirano.

Pelo contrário, os EUA exigirão o de-

à intervenção imperialista!

sarmamento de todos os revolucionários para que sejam eles - ou seus fantoches, que não faltam nem faltarão - os que detenham o monopólio militar e, assim, "estabilizar" o país em prol de seus interesses. Mas nada indica que cumprir esses planos será uma tarefa fácil para o imperialismo, como não está sendo, por exemplo, na Líbia, posto que uma grandiosa revolução está em curso na Síria e em toda a região.

POR QUE A POSSÍVEL INTERVENÇÃO?

Para entender por que o imperialismo interviria militarmente agora, sendo que durante quase todo o conflito evitou fazê-lo, é necessário analisar a situação militar na Síria.

Nos últimos meses, o regime obteve avanços militares importantes, recuperando posições estratégicas que tinham passado para mãos rebeldes. Mas essas vitórias se basearam, principalmente, na superioridade armamentista e na ajuda material externa que o regime recebe do Hezbollah, do Irã e da Rússia. Sem essa superioridade militar e a ajuda externa, seria muito difícil que existissem tais avanços.

Isso fica claro com a evidente dificuldade que o regime tem para fazer operações terrestres em grande escala com suas próprias tropas, as quais não têm a moral que têm os rebeldes. Por isso, recorre sistematicamente a cercos apoiados em ataques aéreos ou a lançamento de mísseis, que não exigem o combate direto. Há informações de que o regime tem que apelar para a repressão interna para evitar deserções massivas de seus soldados e oficiais.

Isso explica porque, apesar dos últimos avanços de Assad na fronteira do Líbano ou em Homs, as distintas forças da resistência continuam controlando uma parte importante do território sírio. O Exército Livre da Síria (ELS), apesar da contraofensiva dos últimos meses, que lhe custou enormes perdas de vidas e de material militar, ainda controla bairros inteiros na periferia da capital, Damasco.

Ou seja, apesar das vitórias militares, o regime não tem capacidade para esmagar a revolução definitivamente, nem sequer em Damasco. O mesmo acontece em outras cidades importantes, como Aleppo, onde recentemente os rebeldes tomaram uma das principais bases aéreas do regime.

É essa situação, de vitórias táticas, mas no contexto de um panorama mais desalentador a longo prazo, que fez com que a ditadura deflagrasse um bombardeio sistemático e devastador nos subúrbios de Damasco e, como apontam as denúncias, recorresse a seu arsenal químico em uma escala que até então não tinha empregado. Seu objetivo com essa escalada de ataques, inclusive com gases venenosos, é o extermínio, ou seja, limpar Damasco de rebeldes e incutir o mais completo terror em toda a população.

O imperialismo, diante desta dinâmica de consequências imprevisíveis, tenta resolver a seu favor uma situação marcada por uma guerra civil paralisada e que se arrasta por dois anos e meio em uma região estratégica.

Intervirá para demonstrar presença militar nessa região e forçar uma negociação com Al Assad para uma "transição" que tenda a estabilizar o país e a região, condição importante para continuar a pilhagem imperialista. Se a negociação não for possível, tentará impor um novo governo, sem Assad, sob o controle direto do imperialismo.

> Estamos totalmente contra a intervenção imperialista, mas isso não pode nos levar a apoiar a ditadura sanguinária de Al Assad, que massacra o seu povo que luta bravamente para acabar com seu regime

OS ALIADOS DO DITADOR ASSAD

O castro-chavismo usa as ameaças de intervenção imperialista para justificar ainda mais o seu apoio nefasto ao ditador genocida da Síria - assim como apoiou o sanguinário Kadafi -, afirmando que, se o atacam, é porque Al Assad seria um "líder anti-imperialista e antissionista". Já estão fazendo um chamado para que os povos e a esquerda apoiem e se unam a Assad por seu suposto papel na "resistência" ao imperialismo.

Mas a realidade é oposta ao discurso do castro-chavismo. O regime do clã Assad não tem nada de "anti-imperialista". Tem sido uma peça importante no esquema de dominação imperialista e sionista na região, sendo, especialmente nos últimos anos, fiel aplicador das políticas neoliberais do FMI e garantidor das fronteiras do Estado nazi-sionista de Israel, contra o qual não disparou um só tiro em 40 anos, enquanto massacra o seu próprio povo.

De acordo com a história de ficção que os castro-chavistas nos contam, Assad também seria um opositor radical a Israel e protetor dos palestinos.

Mas a realidade mostra que, durante o curso da guerra civil, entre todos os crimes de lesa humanidade que cometeu, Al Assad bombardeou, sistematicamente, campos de refugiados palestinos, quando um setor destes passou para a oposição, como é o caso de Yarmuk, em Damasco, hoje sob um cerco que os impede de receber alimentos e medicamentos.

Estamos totalmente contra a intervenção imperialista, mas isso não pode nos levar a apoiar a ditadura sanguinária de Al Assad, que massacra o seu povo sem nenhuma consideração, um povo que luta bravamente para acabar com seu regime. Isso é o que o castro-chavismo faz e por isso tornou-se cúmplice dos crimes horrendos desses ditadores.

APOIAR A REVOLUÇÃO SÍRIA

A classe trabalhadora e os povos do mundo devem estar, mais do que nunca, ao lado da revolução síria contra a ditadura de Al Assad e, ao mesmo tempo, repudiar a possível intervenção do imperialismo nesse país.

É necessário desmontar a campanha que é feita nos países imperialistas para justificar a intervenção militar, mobilizando-nos contra os governos que preparam os planos de intervenção armada. Devemos denunciar que a possível intervenção, ainda que se tente encobré-la com um manto "humanitário" a partir dos horríveis massacres de Al Assad, tem como real objetivo impor novos senhores ao povo sírio.

A saída é outra: o total apoio aos rebeldes. Isso significa o envio incondicional e imediato de armas pesadas e de todo tipo de suprimentos, como remédios e equipamentos, para a resistência síria, assim como a abertura das fronteiras dos países para a passagem desta ajuda e dos lutadores que estão dispostos a combater contra Assad.

Ao mesmo tempo, exigimos, em todos os países, a ruptura imediata das relações diplomáticas e comerciais com a ditadura síria.

- Fora Al Assad! Não à intervenção imperialista!
- Por mobilizações de apoio em todos os países à revolução síria e contra os planos de invasão imperialista!
- Pela ruptura das relações diplomáticas e comerciais com a ditadura síria!
- Que os governos do mundo enviem armas e medicamentos para os rebeldes sírios!
- Pelo triunfo da revolução síria! ■

7 DE SETEMBRO

Lutar por uma verdadeira soberania, contra a privatização do petróleo!

Governo Dilma prepara o leilão do maior campo petrolífero da história

DA REDAÇÃO

Uma semana depois do Dia Nacional de Paralisações convocado pelas centrais sindicais, o país deve balançar com os protestos programados para esse 7 de setembro, Dia da Independência. Paralelamente aos desfiles oficiais, ocorre o já tradicional "Grito dos Excluídos", espaço de unidade da esquerda e dos movimentos sociais que en a data sob a perspectiva dos trabalhadores e demais setores explorados.

Embalado pela onda de protestos que tomou conta do Brasil em junho, este ano, o Grito, que já está em sua 19ª edição, promete ser ainda mais importante, servindo para, além de aglutinar os setores da esquerda e agitar as reivindicações dos trabalhadores, dar vazão à parte da indignação da população que está indo às ruas.

POR UMA VERDADEIRA SOBERANIA!

Neste ano, setores como a CSP-Conlutas prometem ir às ruas no 7 de setembro exigir uma verdadeira soberania e questionar a política econômica do governo Dilma, denunciando a entrega do petróleo brasileiro e a privatização da Petrobrás.

Apesar do discurso do governo, a economia do país está cada vez mais desnacionalizada, nas mãos das grandes empresas e banqueiros internacionais. Multinacionais dominam os setores mais importantes, como a indústria, enquanto quase metade do orçamento vai, todos os anos, para os bolsos dos investidores da dívida pública.

A presidente Dilma, ao contrário do discurso da campanha eleitoral, acelerou o processo de privatização, entregando setores estratégicos (como as rodovias, portos e aeroportos) ao capital privado.

NÃO AO LEILÃO DO PETRÓLEO

O caso do setor petrolífero é um dos mais escandalosos. O governo Dilma vem avançando em sua privatização, seguindo a política neoliberal de FHC. Se o governo tucano foi responsável por quebrar o monopólio estatal da exploração do petróleo, o PT cumpre o papel de entregar o setor às multinacionais, através dos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Para se ter um ideia, o governo Lula e Dilma, juntos, já superaram o número de leilões de petróleo realizados pelo PSDB. Enquanto o tucano promoveu cinco leilões, o governo Dilma já realizou seis. A última, a 11ª rodada de licitações, realizada em maio, foi o maior leilão já feito na história do país, arrematando 142 blocos para multinacionais como a Shell, Chevron e Repsol, além da OGX do ex-bilionário Eike Batista.

Agora, está marcado o primeiro leilão do pré-sal. Inicialmente previsto para novembro, o governo antecipou sua realização para o final de outubro. O leilão deve incluir o campo de Libra, na Bacia de Santos, um dos maiores campos de exploração de petróleo do mundo e o maior da história do país. Segundo estimativas da ANP, a área tem potencial para a produção de 14 bilhões de barris, cujo valor pode chegar à surpreendente cifra de 1 trilhão e 400 bilhões de dólares.

São recursos que poderiam servir para resolver problemas estruturais do país, como saúde e educação, mas que irão, fundamentalmente, remunerar as grandes multinacionais do petróleo e fazer 'superávit primário', ou seja, retornar ao exterior, na forma de pagamento da dívida pública. Enquanto isso, a Petrobrás é cada vez mais desnacionalizada e sucateada.

A luta pela verdadeira soberania do Brasil passa, hoje, pela luta contra o pagamento da dívida pública, o domínio das multinacionais e as privatizações e, neste momento, mais do que nunca, contra o leilão do petróleo promovido pelo governo Dilma. Informe-se onde ocorrerá o ato do Grito dos Excluídos na sua cidade e entre nessa luta!